



ACÓRDÃO Nº681/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11225/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Apuí.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Flaviano Carvalho de Souza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1921/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Apuí, exercício de 2020.

Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas à Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Apuí/AM, exercício de 2020 tendo como responsável o Sr. **Flaviano Carvalho de Souza**, Presidente e Ordenador de Despesas, no exercício de 2020, nos termos do parágrafo 2.º do art. 1.º da Resolução n.º 09/97, c/c art. 22, II, c/c art. 24 da Lei nº 2.423/96;

10.2. Aplicar Multa no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), ao Sr. **Flaviano Carvalho de Souza** Presidente e Ordenador de Despesas, no exercício de 2020, com fulcro no art. 54, inciso VII, da Lei nº. 2.423/96, c/c o art. 308, inciso VII da Resolução TCE/AM n.º 25/2012, em razão das impropriedades apontadas nas Restrições 1 e 2 do Relatório/Voto (achados 2.1.1 e 2.1.2 do Relatório Conclusivo nº 156/2021 – DICOP, às fls. 1084/1100); Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do



ACÓRDÃO Nº681/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar à Câmara Municipal de Apuí/AM:

10.3.1. Que a atual Gestão tome as providências necessárias para inscrição dos responsáveis em dívida ativa do município, bem como faça acompanhamento das medidas de execução a cargo do órgão municipal;

10.3.2. Que a atual Gestão viabilize a organização de seu quadro de pessoal, providenciando a realização de concurso público conforme exigência do art. 37 da CF/88.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Maio de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Luis Fabian Pereira Barbosa, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em exercício

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral